



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2024

MUNICÍPIO DE CUPIRA (PE)

TURNO DA TARDE

ASSISTENTE SOCIAL

Nome:

Inscrição:

**Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime!
Previsto no art. 311-A do Código Penal**



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 6.

Nomofobia: o medo de ficar sem celular atinge mais de 60% dos brasileiros

(Texto adaptado para fins didáticos.)

Apesar de ser ainda pouco conhecido, o termo nomofobia remete à ansiedade gerada pela falta do celular. Em outras palavras, também pode ser definido como um sintoma da ausência dos smartphones.

Um estudo recente da nomophobia.com, portal dedicado ao tema, revela que 60% dos brasileiros reportam ansiedade quando não estão com seus celulares. O levantamento mostra ainda que 87% se consideram dependentes de seus smartphones para suas atividades diárias, o que mostra o papel central dos celulares no estilo de vida da população.

"Os dados mostram que os latino-americanos, estão cada vez mais dependentes dos seus celulares, o que é preocupante dada as implicações psicológicas e físicas que isto tem nas populações", disse Patrick O'Neill, criador do nomophobia.com e do termo que foi cunhado em 2008.

O uso de smartphones tem aumentado constantemente no Brasil, com 71% dos entrevistados relatando possuir um smartphone, enquanto 27% afirmam ter dois. Para 79%, o celular não era utilizado para os mesmos fins há cinco anos, refletindo a constante evolução da tecnologia que trouxe inúmeras possibilidades de uso.

Para 85% dos brasileiros, os telefones celulares facilitam as transações financeiras por meio de pagamentos móveis. Além disso, 70% utilizam o aparelho para entretenimento, como ouvir música, assistir filmes e jogar, enquanto 57% relatam que ele contribui para a educação ao proporcionar ensino à distância. Por fim, 30% relataram ter conhecido o parceiro através de redes sociais ou aplicativos de namoro.

<https://forbes.com.br/forbes-tech/2024/09/mais-de-60-dos-brasileiros-es-tao-com-nomofobia-entenda-o-medo-de-ficar-sem-celular/>

1. Infere-se do texto que a nomofobia é um termo recente, cunhado em 2022.

2. Depreende-se do texto que apenas 30% dos brasileiros utilizam o smartphone para atividades de entretenimento.

3. De acordo com o texto, a maioria dos brasileiros se considera dependente de seus smartphones para atividades diárias.

4. "Os dados mostram que os latino-americanos, estão cada vez mais dependentes dos seus celulares, o que é preocupante dada as implicações psicológicas e físicas que isto tem nas populações."

Nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa, pode-se afirmar que o emprego do termo "dada" no singular no trecho do texto lido acima implica em erro de concordância nominal.

5. Nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa, pode-se afirmar que é correto substituir a letra *f* da palavra "nomofobia" pelas letras *ph*.

6. "Além disso, 70% utilizam o aparelho para entretenimento, como ouvir música, assistir filmes e jogar, enquanto 57% relatam que ele contribui para a educação ao proporcionar ensino à distância."

Nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa, a crase empregada no trecho acima está correta.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 7 a 12.

Baseados em ipês, cientistas criam tratamento contra o câncer; eficaz e menos efeitos colaterais

(Texto adaptado para fins didáticos.)

Cientistas brasileiros desenvolvem um tratamento contra o câncer com base nessa árvore nativa brasileira. Os novos compostos quimioterápicos prometem ser mais eficazes contra a doença e causar menos efeitos colaterais.

Essas moléculas são projetadas para atacar as células cancerígenas e preservar as células saudáveis do organismo. Algo totalmente inédito porque até então, os projetos existentes atacavam células doentes mas atingiam as sadias também.

O estudo é uma parceria da UFC, Universidade Federal do Ceará, com as universidades federais de Minas Gerais e Santa Catarina e da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Os estudos avançam e o foco agora é "criar novas estratégias para o combate ao câncer de próstata, ovário e mama", disse Bruno Coêlho Cavalcanti, um dos pesquisadores.

A pesquisadora Cláudia Pessoa e a equipe, do Laboratório de Oncologia Experimental, utilizaram as propriedades características das moléculas do ipê para criar novas versões sintetizadas.

Professora do Departamento de Fisiologia e Farmacologia da UFC, ela disse que os cientistas trabalham para criar um remédio para combater a doença.

"Os testes realizados até o momento foram in vitro. Ainda precisamos partir para os testes em modelos animais e em pessoas. Se os resultados forem promissores, será possível desenvolver um novo

protótipo de fármaco para tratamento contra o câncer com menos efeitos colaterais para os pacientes."

A ideia é avaliar a eficácia e segurança do tratamento. Depois, será a vez dos estudos clínicos em humanos.

<https://www.sonoticiaboa.com.br/2024/09/06/baseados-ipes-cientistas-tratamento-contracancer-eficacia-menos-efeitos-colaterais>

7. *"Algo totalmente inédito porque até então, os projetos existentes atacavam células doentes mas atingiam as sadias também."*

No trecho do texto lido acima, há a presença de um pronome indefinido invariável.

8. "Depois, será a vez dos estudos clínicos em humanos."

Nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa, pode-se afirmar que apesar do verbo "será" estar no singular e "dos estudos clínicos em humanos." ser plural, não há erro na concordância verbal.

9. Depreende-se do texto que o tratamento contra o câncer foi desenvolvido unicamente pela Universidade Federal do Ceará.

10. *"Os estudos avançam e o foco agora é "criar novas estratégias para o combate ao câncer de próstata, ovário e mama", disse Bruno Coêlho Cavalcanti, um dos pesquisadores."*

Nos termos da Norma Culta da Língua Portuguesa, é correto separar o recorte "disse Bruno Coêlho Cavalcanti" do restante do período por vírgulas.

11. Infere-se do texto que os testes em humanos já foram concluídos com sucesso.

12. De acordo com o texto, o tratamento desenvolvido pelos cientistas brasileiros visa atacar células cancerígenas sem prejudicar as células saudáveis.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.

A Lei Orgânica do Município de Cupira consiste em normas que estabelecem a vida política da cidade, respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado em que o município está inserido. Refere-se a um importante instrumento para forçar o poder público a assumir obrigações de interesse local em favor da população.

No que diz respeito aos princípios e fundamentos da administração municipal e a organização político-administrativa definidos na Lei Orgânica do Município de Cupira, julgue os itens abaixo:

13. Conforme o Art. 2º da Lei Orgânica do Município de Cupira, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

14. O Município de Cupira integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil, no Estado de Pernambuco, e tem como fundamentos: a autonomia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

15. São símbolos do Município a sua Bandeira, o seu Hino e o seu Monumento Histórico, representantes da sua cultura e história.

16. Conforme o Art. 5º da Lei Orgânica do Município de Cupira, São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Administrativo.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.

O estabelecimento das competências dos municípios na Lei Orgânica do Município é fundamental para garantir uma gestão eficiente e direcionada às necessidades locais, permitindo que cada cidade administre e supervisione serviços essenciais de acordo com suas particularidades.

No que diz respeito às competências do município, estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Cupira, julgue os itens abaixo:

17. Consiste em uma competência privativa do Município de Cupira, a Organização do quadro funcional e o plano de carreira dos seus servidores, bem como o estabelecimento do seu regime de trabalho.

18. Consiste em uma competência privativa do Município de Cupira, suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber.

19. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cupira, consiste em uma competência comum do Município, da União e do Estado, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

20. Compete ao Município complementar a legislação federal e a estadual no que lhe couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando à adaptação às necessidades locais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 25.

A Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 conhecida como a Lei Maria da Penha foi criada para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No que se refere a Lei Maria da Penha, julgue as alternativas abaixo:

Fonte: <https://tinyurl.com/3h2m3kuj>

21. Não serão admitidos como meios de prova da prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

22. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, excluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

23. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

24. Conforme estabelecido no Art. 9º da Lei Maria da Penha, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Seguridade Social (SUSS), de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, e em outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso.

25. De acordo com o Art. 8º da Lei Maria da Penha, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto incoerente de ações da União, dos Estados e de ações governamentais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 26 a 30.

A alienação parental consiste na interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

No que diz respeito a Lei Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 que dispõe sobre a alienação parental, julgue as alternativas abaixo:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm

26. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, a prática do ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

27. O ato de dificultar o contato da criança ou adolescente com genitor, consiste em uma forma exemplificativa de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros.

28. Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

29. O ato de apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente, consiste em uma forma exemplificativa de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros.

30. O ato de mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós, consiste em uma forma exemplificativa de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 35.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tem como finalidade assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens abaixo:

31. A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

32. Compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança.

33. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

34. De acordo com o Estatuto, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

35. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido acesso restrito e exclusivo.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 36 a 40.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 consiste em um marco importante para a proteção dos direitos infantojuvenis. O ECA Estabelece direitos e garantias sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Julgue os itens abaixo, no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

36. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

37. A criança e o adolescente têm direito à educação que visa ao pleno desenvolvimento pessoal, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, sendo garantido a eles: o acesso à escola privada e gratuita, obrigação de aceitar critérios avaliativos e igualdade de condições para a restrição e permanência na escola.

38. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

39. É vedado aos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

40. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 41 a 45.

A Política Nacional do Idoso instituída pela Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação

efetiva na sociedade.

Em relação a Política Nacional do Idoso, julgue os itens abaixo:

41. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos, na área de promoção e assistência social, planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso.

42. O estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento, consiste em uma das diretrizes da Política Nacional do Idoso.

43. Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da Política Nacional do Idoso, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso.

44. Dentre os princípios da Política Nacional do Idoso, encontram-se: o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; o processo de envelhecimento não diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos e o idoso não deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política.

45. Os ministérios das áreas de saúde, educação, defesa, segurança pública, meio ambiente, infraestrutura e comércio devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a Política Nacional do Idoso.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 46 a 50.

As medidas socioeducativas são medidas aplicáveis aos adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos incompletos, pela prática de ato infracional. A execução da medida deve ocorrer por meio de ações educativas com garantia dos direitos do(da) adolescente, contribuindo assim para a formação da sua cidadania.

No que se refere as medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes pela prática de ato infracional, julgue os itens abaixo:

Acesso em: <https://tinyurl.com/2s446ary>

46. As medidas socioeducativas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente são aplicadas ao adolescente pelo juiz, não levando em consideração: a gravidade do ato infracional; o contexto pessoal do adolescente e sua capacidade de cumprir a medida a ser imposta.

47. As medidas socioeducativas podem ser cumpridas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida) ou em meio privativo de liberdade (semiliberdade e internação).

48. Nos casos em que as medidas socioeducativas forem aplicadas a adolescentes com doenças ou deficiências mentais, será assegurado que eles recebam um tratamento individualizado e especializado, em local adequado às suas condições.

49. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

50. A Medida Socioeducativa de prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 55.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços de Assistência Social. Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Juntos, os dois centros de referências são fundamentais para a rede de proteção social, pois garantem o suporte integral às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social e a proteção dos direitos.

Julgue os itens abaixo, no que diz respeito ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Acesso em: <https://tinyurl.com/44cv8w2w>

51. Os serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é gratuito e é mantido pelas prefeituras, pelas entidades governamentais e não-governamentais.

52. O público atendido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são aqueles indivíduos que não se encontram em nenhuma situação de risco, de violência ou de outras formas de violações de direitos.

53. No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o cidadão pode fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, ter acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social e ter orientação sobre outros serviços públicos, entre outros benefícios.

54. No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o cidadão pode realizar seu Cadastro Único, um procedimento essencial para obter diversos programas e benefícios sociais oferecidos pelo governo.

55. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) deve oferecer obrigatoriamente o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 56 a 60.

O artigo 39 da Constituição Federal do Brasil estabelece diretrizes sobre o regime jurídico dos servidores públicos, determinando a criação de um regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional. Além disso, regulamenta a política de remuneração, a exigência de formação contínua por meio de escolas de governo, e a publicação anual dos valores de subsídio e remuneração, com o intuito de garantir transparência e responsabilidade na gestão de recursos públicos. O artigo também prevê que a remuneração de cargos públicos seja composta por subsídio fixo, vedando acréscimos como gratificações ou adicionais, exceto nos casos permitidos por lei.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

56. A Constituição permite a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo dos servidores públicos.

57. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são obrigados a publicar, a cada três anos, os valores do subsídio e da remuneração dos servidores públicos, garantindo a transparência na gestão de recursos.

58. A participação em cursos oferecidos pelas escolas de governo é um dos requisitos para a promoção na carreira de servidores públicos, visando ao aprimoramento contínuo da administração pública.

59. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir conselhos de política de administração e remuneração de pessoal, compostos exclusivamente por servidores eleitos por meio de votação direta, para garantir maior representatividade.

60. Os membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como os detentores de mandatos eletivos, são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de gratificações, abonos ou prêmios.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 61 a 65.

A Emenda Constitucional nº 103, de 2019, trouxe mudanças significativas para o regime próprio de previdência social dos servidores públicos, especialmente em relação aos critérios para concessão de benefícios de aposentadoria. De acordo com o § 4º do artigo 40, é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefícios, exceto nos casos previstos nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º. Esses parágrafos excepcionam certas categorias de servidores, como pessoas com deficiência e ocupantes de cargos específicos, como agentes penitenciários, socioeducativos e policiais, permitindo-lhes regras diferenciadas de idade e tempo de contribuição para aposentadoria. Essas alterações visam garantir justiça previdenciária e adequação às necessidades específicas dessas categorias.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

61. É vedado aos entes federativos estabelecer por lei complementar critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria de servidores públicos, sem exceções.

62. Todos os servidores públicos titulares de cargos efetivos se aposentam de acordo com as mesmas regras, sem distinção de categoria, para garantir a isonomia no regime de previdência social.

63. Servidores públicos com deficiência podem ter requisitos diferenciados de idade e tempo de contribuição para aposentadoria, desde que esses critérios sejam estabelecidos por lei complementar e haja uma avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

64. Servidores públicos que atingirem a idade de 75 anos devem ser aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, independentemente de cumprirem os demais requisitos para aposentadoria.

65. Servidores ocupantes dos cargos de agente penitenciário, agente socioeducativo e policiais dos órgãos mencionados na Constituição podem se aposentar com idade e tempo de contribuição diferenciados, conforme estabelecido em lei complementar.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 66 a 70.

O artigo 41 da Constituição Federal estabelece a estabilidade dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo após três anos de efetivo exercício, desde que aprovados em concurso público. A estabilidade garante ao servidor a permanência no cargo, exceto nas situações previstas na Constituição, como sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo com ampla defesa ou avaliação periódica de desempenho. Além disso, o artigo prevê o direito à reinserção no serviço público, em caso de invalidez da demissão por sentença judicial, e a disponibilidade do servidor estável quando o cargo for extinto ou declarado desnecessário, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

66. Os servidores públicos que ingressarem em cargo de provimento efetivo por meio de concurso público se tornam estáveis automaticamente após o período de dois anos de exercício, sem necessidade de qualquer avaliação.

67. Se a demissão de um servidor estável for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado ao cargo, enquanto o ocupante atual da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade.

68. O servidor público estável poderá perder o cargo se for condenado por sentença judicial transitada em julgado, sem que tenha direito a ampla defesa no processo.

69. A aquisição de estabilidade no serviço público depende da aprovação em uma avaliação especial de desempenho, realizada por uma comissão específica, após o servidor completar três anos de efetivo exercício.

70. Quando o cargo ocupado por um servidor estável é extinto ou declarado desnecessário, o servidor permanecerá com remuneração integral até ser realocado em outra função.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RASCUNHO